

DE CONTEÚDO LOCAL: POLÍTICAS DE CONTEÚDO LOCAL NO SETOR DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL EM RIO DAS OSTRAS E REGIÃO*LOCAL CONTENT POLICIES: LOCAL CONTENT POLICIES IN THE OIL AND NATURAL GAS SECTOR IN RIO DAS OSTRAS AND REGION***Érika Melo Lima**Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-4097-4398>

Faculdade Cenecista de Rio das Ostras, FACRO, RJ, Brasil

E-mail: erikamelo.lima@gmail.com**RESUMO**

O objetivo desse trabalho é apresentar o conceito e objetivo de políticas de Conteúdo Local, demonstrar tais políticas no setor de Petróleo e gás natural desenvolvidas no Brasil e analisar a aplicação da política localmente, no setor industrial da cidade de Rio das Ostras. Para realização desse trabalho foi realizado um estudo teórico e histórico sobre o tema. Percebeu-se que esta política e a aplicação da legislação de conteúdo local pretende proteger a prestação de serviços nacionais/locais com o propósito de contribuir para o desenvolvimento da indústria nacional de bens e serviços, no setor de exploração e produção de petróleo.

PALAVRAS-CHAVE: Políticas Conteúdo Local, tecnologia e conceitos.**ABSTRACT**

The aim of this paper is to present the concept and purpose of local content policies, demonstrate such policies in the Oil and gas industry developed in Brazil and reviewing the implementation of the policy locally, in the center of the Oyster River industrial sector. To carry out this work a theoretical and historical study on the topic was conducted. It was realized that this policy and the enforcement of local content aims to protect the provision of local / national services with the aim of contributing to the development of national industry of goods and services, the exploration and production of oil industry.

KEYWORDS: Local Content Policy, technology and concepts.**INTRODUÇÃO**

Atualmente diversas ações têm sido tomadas no sentido de maximizar a qualidade das indústrias nacionais bem como o incentivo ao desenvolvimento de novos setores econômicos.

Uma das indústrias significativas no processo industrial brasileiro é da

extração de petróleo e gás. Diversas são as empresas, nacionais e estrangeiras, que atuam no mercado, seja explorando o petróleo ou atuando no mercado de forma indireta. Diante desse cenário, o governo percebeu a necessidade de desenvolver uma política competitiva para fomentar o desenvolvimento da economia nacional e para desenvolvimento do mercado petrolífero.

Umas das principais ações de políticas públicas em vigor atualmente no Brasil é a política de Conteúdo Local (CL¹), ou seja, um processo de incentivo com a intenção de aprimorar a capacidade de fornecimento brasileiro, para o desenvolvimento da indústria local de bens e serviços para gerar competição a níveis internacionais; gerar rendas e empregos; novos insumos e alavancar a tecnologia no Brasil. Neste sentido, torna-se relevante a compreensão desta política no sentido de se refletir sobre este desafio, além do desafio de um processo de desindustrialização que passa o Brasil.

Em um mundo capitalista, a eficiência ou ineficiência produtiva do setor industrial interfere positiva ou negativamente, em cadeia, em todo o sistema econômico podendo gerar empregos ou desempregos em níveis significativos. Diante do avanço da tecnologia utilizada no setor industrial e ainda mais especificamente no setor de extração de petróleo e gás, as vagas de empregos diretos e indiretos e prestadores de bens e serviços para a indústria petrolífera cada vez mais exige uma formação e conhecimento tecnológicos complexos.

O Brasil apresenta historicamente uma fragilidade no sistema de formação e de ensino tecnológico, fazendo com que se evidencie uma falha na prestação de bens e serviços locais para atender às necessidades das indústrias locais, sejam elas nacionais ou estrangeiras, mas que demandam bens e serviços mais complexos. Daí que, muitas vezes, estes serviços são fornecidos por empresas estrangeiras beneficiando a geração de empregos ao estrangeiro.

Diante deste contexto, a política de conteúdo local visa atingir positivamente as falhas na cadeia mais complexa e tecnológica da economia brasileira para promoção do desenvolvimento da indústria local.

De acordo com o IBP², a Bacia de Campos representa 80% da produção nacional apesar de novas descobertas colocarem a bacia de Santos como a que mais apresenta capacidade extrativa.

A bacia de Campos estende-se por 100 mil quilômetros quadrados do Espírito Santo e litoral do Rio de Janeiro onde a Petrobrás instalou os maiores complexos petrolíferos para explorações em águas profundas, porém, exigindo elevado nível de conhecimento tecnológico, gerando uma significativa demanda por prestação de serviços especializados em tecnologias específicas, com enormes desafios tecnológicos.

Pela proximidade da cidade de Rio das Ostras ao polo de extração de petróleo pré-sal de Macaé, a presente pesquisa delimita seu universo de análise e de identificação da aplicação da política de conteúdo local, às indústrias deste município, com o objetivo estudar a referida política e a sua contribuição para o desenvolvimento da indústria nacional/local de bens e serviços, do setor de

exploração e produção de petróleo.

Para apresentar a política de Conteúdo Local, assim como discutir a sua relevância para o desenvolvimento do setor industrial local, o presente artigo está dividido em quatro partes. Primeiramente apresenta as políticas de Conteúdo Local na indústria nacional; posteriormente comenta da legislação e a lei do Conteúdo Local, contemplando a certificação dos bens e serviços adquiridos pelo Brasil e no exterior e logo em seguida discorre sobre a metodologia, onde foi construído um questionário com perguntas relevantes para uma análise sobre o sucesso ou insucesso da política de Conteúdo Local.

AS POLÍTICAS DE CONTEÚDO LOCAL NA INDÚSTRIA NACIONAL

Desde sua criação na década de 1950, a Petrobras vem se estruturando a fim de formar fornecedores de bens e serviços e mão de obra no Brasil, é de importante relevância para substituir as importações e desenvolver a indústria local. Assim acredita que a política de conteúdo local (CL) seja uma maneira de incentivar a competitividade a níveis internacionais, aumentando renda, gerando empregos, criando novos insumos e tecnologias no Brasil.

Segundo ANP¹ (1999), a indústria fornecedora nacional passou por duas etapas. A primeira foi a de abastecimento que duraram 25 anos, desde sua criação até a metade da década de 1970. Em 1954, o índice de compras no Brasil era de 10% e já no ano de 1979, ele atingia 84% de matérias e de equipamentos comprados no país. A segunda etapa era evidenciada pelo impulso nas atividades de E&P², que passa ter um papel de maior destaque dentro da indústria petrolífera nacional.

Conforme ANP (1999), na década 70 quando foi descoberta a Bacia de Campos³, houve um aumento acelerado no investimento da Petrobras. Nesse momento focado nos segmentos da E&P. Fazendo com que a empresa estatal se volte para as atividades de exploração, desenvolvimento, produção e transporte. Em 1979, surge o DEPRO⁴ – Departamento de Produção – esse departamento tinha como obrigação de aumentar a produção para 165.000 bpd. Na sequência foi criado o GEGAN⁵ – Grupo Executivo da Bacia de Campos, este órgão era temporário e tinha a missão de instalar as sete primeiras plataformas fixas de petróleo na Bacia. A participação nacional (Conteúdo Local) atingiu 93% nas compras totais em 1986, esse índice foi recorde na história da época, no montante de US\$ 1,3 bilhões, esse valor só foi ultrapassado na década de 90.

Por mais que as acumulações de óleo e gás na terra eram pequenas, mesmo assim, fez com que Petrobras se sentisse incentivada a explorar para nova descoberta, o mar. A descoberta mais importante foi a Bacia de Campos, trazendo 27 acumulações de Gás e Óleo. Houve um crescimento rápido nos volumes de investimento da empresa, nesse momento focados no segmento da E&P (Exploração e Petróleo), assim inicia a nova etapa.

Na exigência do desenvolvimento da produção das acumulações na

descoberta da área offshore¹ impactou a empresa com uma nova tecnologia. Os serviços, materiais e equipamentos que eram de extrema necessidade para plataforma e sistema de produção no mar eram novos para a Petrobras e para o mercado nacional. Sendo assim, houve necessidade de efetuar as compras no exterior, com isto, houve um grande declínio nos índices de percentuais de nacionalização. Sendo assim, causou uma grande queda nos índices percentuais de nacionalização para 52% em 1980, (ANP, 1999).

Todavia, ainda segundo a ANP (1999), o mercado nacional percebeu as mudanças e assim em três anos os índices de compras nacionais aumentou para o estágio de 80%. Uma boa proporção das empresas estrangeiras fornecedoras resolveu constituir parceria com as empresas nacionais ou se estabeleceram no Brasil. Em 1984, retomou-se ao estágio de 90%, fase em que a ainda existia a carência de divisas no país ainda indicava necessidade de substituição de importações, independentemente da efetiva competitividade do produto nacional.

Segundo Fernández e Alvarenga (2003), gigantescos projetos de exploração em águas profundas indicaram a necessidade de investimentos da Petrobras a partir dos anos 90. Atréados abertura comercial e econômica ocorrida nos anos 1990, a indústria local deparou-se com a concorrência internacional, muitas das vezes em condições inferiores quanto a custos financeiros e tributários.

Segundo Furtado (2003), os fornecedores de equipamentos, particularmente no segmento da construção naval, eram os que tinham uma extrema ligação aos investimentos empreendidos pela Petrobras, desde a década de 1980, já a produção offshore da Bacia de Campos, foram atingidos pelo fluxo desses investimentos no início da década de 1990. Os investimentos prosseguiram ao patamar normal de 90% em meados desta década, quando o governo elevou os preços dos derivados do petróleo, viabilizando a exploração do potencial descoberto na Bacia de Campos.

Desindustrialização no Brasil

O autor Marquetti publicou um dos primeiros estudos sobre a desindustrialização da economia brasileira. Segundo dados apresentados por esse autor para a indústria de transformação, a economia brasileira teria passado por um processo de desindustrialização nas décadas de 1980 e 1990 tanto em termos da participação do emprego como da participação no valor adicionado.

Segundo Marquetti (2002), a “desindustrialização” ocorrida nesse período teria sido consequência do baixo investimento realizado na economia brasileira, particularmente na indústria. Ainda segundo esse autor, o processo de desindustrialização ocorrido nesse período seria essencialmente negativo sobre os prospectos de crescimento da economia brasileira, haja vista que estaria associado à transferência de recursos e de trabalho da indústria para setores com menor produtividade do trabalho, gerando assim um menor crescimento do produto potencial no longo prazo.

Na perspectiva de Robert Rowthorn (1987) queda de lucro industrial pode ser

considerada como uma das primeiras explicações. A inovação tecnológica que substituem pessoas por máquinas e a composição orgânica do capital social diminui. Assumindo que o trabalho só pode produzir um valor adicional novo, essa maior produção física incorpora um valor menor. A taxa média de lucro industrial, portanto, diminui a longo prazo.

Rowthorn e Wells (1987) distinguem ainda mais duas explicações, onde na primeira explicação ele acredita que desindustrialização é um processo positivo, sendo sinal da maturidade da economia, e na segunda explicação ele diz que a desindustrialização é um processo negativo, como o desempenho econômico ruim. Ele sugere também que a desindustrialização pode ser tanto um efeito e uma causa de mau desempenho econômico.

Benefícios do CL na indústria local de bens e serviços

O conteúdo local nada mais é do que uma parcela de investimentos nacionais utilizado em determinado bem ou serviço, equivale à quantidade participação da indústria nacional na produção de bem e serviço. Desse modo, quando uma plataforma ou refinaria tem alto índice CL, significa que maior parte dela foi construída por bens e serviços nacionais e não importado.

Política de conteúdo local para alcançar o máximo de sucesso é desenvolvida em setores da economia que requisitam bens de alta complexidade, tendo por obrigação que a sua fabricação tenha percentual mínimo de insumos de nacionais, objetivo de desenvolver a indústria local, mais especificamente a cadeia produtiva da economia.

Mendonça e Vasconcelos (2008) chamam a atenção para o aumento do fluxo mercantil nos portos brasileiros, fator este que gerou grandes demandas à economia brasileira, que se encontra nesse momento em uma situação produtiva e com alta tecnologia, sendo assim é de grande contribuição para inovação por meio da compra de máquinas e equipamentos.

Assim, a política industrial pode ser explicada como um esforço do governo, em alavancar setores avaliados como importantes para o crescimento econômico do país. Prefere - se proteger e instigar certos setores, de menores relevâncias, desse modo os governos estão direcionando suas ações em busca de uma estratégia de desenvolvimento.

Barroso e Macedo (2010) afirmam que o setor de óleo e gás ganhou uma contribuição significativa com a contextualização do CL. São maiores benefícios de geração de empregos local e melhoria da distribuição de riqueza.

LEGISLAÇÃO DE CL

Até 1997, sendo de exclusividade do monopólio da União à distribuição e revenda de combustíveis, todas as atividades relacionadas ao setor de hidrocarbonetos, como pesquisa, das lavras, do refino, transporte, importação e exportação. Entretanto, em 1997 foi o momento marcante para o setor petrolífero, foi o período de abertura do setor do petróleo brasileiro, através da Lei do Petróleo

(Lei no 9.478/1997), assim as empresas privadas poderão participar de tais atividades.

Esta mesma lei criou a Agência Nacional do Petróleo (e em seguida, Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, ANP), é órgão regulador, e após a quebra do monopólio passou a impor que as concessionárias de área de exploração e produção dessem um atendimento uniforme aos fornecedores locais em todos os projetos no Brasil.

A indústria fornecedora local, dando abertura no setor petrolífero, através da lei 9.478- 1997, que fomentou competitividade entre as próprias empresas estrangeiras semelhantes do setor. Essa competição se deve aos padrões, contratos globais e investimentos das empresas estrangeiras operadoras penetrantes no setor de exploração e produção nacional. Desta maneira houve queda no mercado, ocasionando perda na participação e assim apresentou um declínio, principalmente, nas compras realizadas na Petrobras.

Entretanto, no momento seguinte abertura do setor petrolífero brasileiro e a crescimento contínuo das atividades da Petrobras e desenvolveram novas oportunidades para o fornecimento local. Elevou-se, assim, o medo de haver uma disposição ampliação desproporcional da aquisição de bens e serviços no exterior.

Por vários motivos, houve uma sequência de políticas governamentais, até mesmo políticas da própria Petrobras, foram instauradas ou fortalecidas, desde abertura do setor, visando esticar o crescimento na participação da indústria fornecedora local, nos gastos com bens e serviços das empresas operadoras, e ainda forçando com que indústria local desenvolva-se a competitividade da indústria em padrões internacionais. Assim, dessa maneira, forçava a empresa local ser tão boa quanto à empresa internacional, com a intenção de enfatizar a competitividade, em termos de ser boa em custo, prazo e qualidade.

No entanto, a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural Biocombustíveis (ANP), orientada pelas decisões políticas do Conselho Nacional de Políticas Energética criou novas regras para o quesito de conteúdo local nas licitações de blocos de exploração e produção. Logo, sendo o principal objetivo dessa mudança a implementação de uma política que se resulta em aumento do nível de emprego no país.

Segundo Fernández e Pedrosa (2003), mesmo que a exigência de percentual mínimo de conteúdo local possa ter uma consequência imediata multiplicando-se a geração de emprego, o crescimento do mercado do trabalho, não se dará forma sustentável a médio e em longo prazo. Já que existe a necessidade de desenvolver alternativas para aumentar a competitividade da indústria nacional no nível do mercado internacional.

O sistema de certificação de conteúdo local consiste no objetivo de estabelecer as condições legais para a realização das rotinas relacionadas a exigências da cláusula de conteúdo local instaurada a partir da Sétima Rodada. Desse modo, a ANP criou o Sistema de certificação de conteúdo local, cuja regulamentação foi publicada em 16 de novembro de 2007, depois de concluído o

processo de consultas públicas.

Com esse sistema foi desenvolvida a metodologia para certificação e as regras das entidades certificadoras junto a ANP. Essas entidades credenciadoras serão as responsáveis por medir e informar à ANP o conteúdo local de bens e serviços contratados pelas empresas concessionárias para as atividades de exploração e desenvolvimento da produção de petróleo e gás natural.

O Sistema de certificação de conteúdo local compreende um conjunto de quatro resoluções:

- a) Resolução ANP nº 19 de 14.06.2013, que define os critérios e procedimentos para execução das atividades de certificação de conteúdo local. (Anexo II - Cartilha de Conteúdo Local).
- b) Resolução ANP nº 37 de 13.11.2007, que define os critérios e procedimentos para cadastramento e credenciamento de entidades para exercer a atividade de certificação de conteúdo local.
- c) Resolução ANP nº 38/2007 de 13.11.2007, que define os critérios e procedimentos de auditoria nas empresas de autorizadas ao exercício da atividade de certificação de conteúdo local.
- d) Resolução ANP nº 39/2007 de 13.11.2007, que define os relatórios de investimentos locais em exploração e desenvolvimento da produção em Contratos de Concessão a partir da Sétima Rodada de Licitações.

e)

Em referência a ANP nº 19 de 14.06.2013, A DIRETORA-GERAL da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS – ANP, no uso de suas

atribuições legais e tendo em vista a deliberação de que trata a Resolução de Diretoria nº 510, de

29 de maio de 2013, referente à Cláusula de Conteúdo Local constante dos Contratos de Concessão estabelecidos entre a ANP e os concessionários a partir de 2005, dos Contratos de Cessão Onerosa e dos Contratos de Partilha, para Exploração e Desenvolvimento da Produção de Petróleo e/ou Gás Natural.

Assim a partir da sétima rodada de licitações, realizada em 2005, a ANP introduziu novas regras e exigências para cumprimento de conteúdo local contratual, que também passou a estabelecer que os percentuais propostos pelas licitantes se situassem dentro dos valores máximos e mínimos estabelecidos pela ANP. Assim estabeleceu exigência do uso da Cartilha de Conteúdo Local além de ter sido exigido necessidade de Certificação do Conteúdo Local. Essas regras estabelecidas na sétima rodada continuam em vigor. (regulamentada através das Portarias da ANP nº 19,36, 37, 38 e 39).

Prominp e Conteúdo Local

O governo federal, em particular o Ministério de Minas e Energia, através do

PROMINP¹ (Programa de Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo e Gás Natural²), detectou a necessidade de ter uma metodologia para medição do índice de conteúdo local de projeto da indústria de petróleo e gás natural. Para sanar esta deficiência, elaborou a Cartilha de Conteúdo Local, em julho de 2004. Esta cartilha estabelece uma metodologia de cálculo do conteúdo local de bens, sistemas, subsistemas e serviços relacionados ao setor e também busca procedência da fabricação dos componentes que compõe cada equipamento, avalia o valor dos insumos importados em acareação do valor bem e os consolidam no índice de conteúdo local.

Com a apresentação da cartilha de conteúdo local para ANP, foram executadas medições com essa metodologia em projetos na área da E&P e do abastecimento da Petrobras. No projeto da Exploração e Petróleo (E&P), denominado “Avaliação do Conteúdo Local” em base a Metodologia da Cartilha, assim, a cartilha passou ser referência de medição de CL em bloco exploratório e na fase de desenvolvimento da produção o campo da barracuda. A Cartilha foi utilizada na aferição de algumas unidades da Refinaria de Paulínia (Replan).

Feitos estes testes, ficou definido pelo Prominp a Cartilha poderia ser aplicável nos projetos da indústria de petróleo e gás natural. Desta forma, o edital da sétima rodada de licitação de exploratórios da ANP acontecida em agosto de 2005, determina como a metodologia de aferição do conteúdo local a “Cartilha do Conteúdo Local” do Prominp. Este fato, até os tempos de hoje gera muitas críticas, por parte da indústria de petróleo e gás natural nacional, conforme, muitas empresas e agentes de metodologia da cartilha apresenta falha quando de sua aplicabilidade, sendo difícil uma coerência da mesma com a realidade e sua aplicação no contexto do projeto.

Segundo Prominp, são realizados encontros periodicamente com intuito de avaliar o crescimento do programa ao longo do ano e, a partir dos debates e das novas oportunidades do setor, estabelecer normas para conduzir as iniciativas do Programa do ano seguinte. Costumam participar do evento várias entidades e atores envolvidos no Prominp, que contribuem, através das apresentações e discussões, fatores importantes para fortalecer a indústria nacional de bens e serviços, do setor de petróleo e gás natural.

E ainda, em paralelo, a Coordenação executiva do Prominp, realiza medições dos percentuais de conteúdo local nos diferentes empreendimentos constituintes da carteira de projeto da Petrobras, o objetivo é acompanhar a evolução do indicador.

Afirma ainda, Prominp, sua atuação essencial do Prominp em relação às obrigações de conteúdo local, se dá no âmbito da avaliação da competitividade e capacidade da indústria fornecedora local, identificando a capacidade da indústria em atender as demandas das empresas operadoras. Essa análise é relevante, quando das decisões de políticas de maximização de conteúdo local, assim como probabilidade das políticas instituídas.

Segundo a revista Brasil Energia (2008), é reconhecida a importância do programa é o de aproximar a Petrobras da cadeia de fornecedora de uma forma

estruturada. Muitas das vezes a característica do produto nacional não coincide com a especificação da Petrobras, neste momento atuação do Prominp é relevante para que possa fazer os ajustes no produto.

E ainda, segunda revista Brasil Energia (2008), o programa foca em determinado ponto, que é a questão da substituição das importações a partir da capacitação tecnológica do fornecedor local, não deixando de comentar que entre anos de 2003 e 2007, o programa identificou 24 produtos, que a indústria nacional poderia fabricar, com isto, foi disponibilizado R\$50 milhões, para desenvolver esses equipamentos, através de termos de cooperação, com recursos da Petrobras e fornecedores.

Segundo Prominp (2014), desde seu lançamento em 2003, esta sendo qualificada pessoal para a indústria de petróleo e gás natural, essa qualificação é realizada pelo PNQP (Plano Nacional Qualifica Profissional), são cursos gratuitos, os cursos são oferecidos em áreas que realmente existem empreendimentos na cadeia de suprimento do setor. De 2006 a 2013 foram qualificados mais 97 mil profissionais, entre eles, sendo nível básico, médio, técnico e superior, distribuídos em 185 categorias profissionais ligadas às atividades do setor.

Ainda segundo Prominp (2014), em Macaé a instituição que oferta o maior número de cursos pelo PNQP é o Senai, oferecendo o curso de Simulador de Guindastes Offshore, desenvolvido com tecnologia totalmente nacional e instalado em Macaé (RJ). Esse equipamento é utilizado para treinamento nos cursos de movimentação de carga e também para ajudar no conhecimento dos que procuram qualificar neste setor foram desenvolvidas sondas-escola, que são estruturas montadas com os equipamentos de uma sonda e simulam as principais atividades desses profissionais. Já são três unidades instaladas no país: no Instituto Federal de Mossoró – RN, no Senai de Salvador –BA, e no Senai de Macaé-RJ.

A prefeitura de Rio das Ostras criou seu próprio curso de qualificação profissional na Zona Especial de Negócios – ZEN¹. Ao todo, assim pode oferecer aos moradores qualificação profissional para setor, foram ofertadas vinte e quatro vagas na atividade de ajustador mecânico. Mas também oferece o curso Auxiliar de plataforma. Mensalmente existem outros cursos sendo ofertado.

Conceitos de Conteúdo Local

Diversos são os conceitos de CL na área da indústria petrolífera e o mesmo se aplica ao Brasil. Os principais conceitos estabelecidos no Brasil, são encontrados na literatura pesquisada, serão apresentados em seguida.

De acordo com a Lei 12.351/2010 Artigo 2 Inciso VIII, Capítulo II – Das Definições Técnicas, Conteúdo Local pode ser definido como:

A proporção entre o valor dos bens produzidos e dos serviços prestados no país, para execução do contrato, e o valor total dos bens utilizados e dos serviços prestados para essa finalidade. Esta Lei Dispõe sobre a exploração e a produção de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos, sob o regime de partilha de produção, em áreas do pré-sal e em áreas estratégicas.

ANP define Conteúdo Local como o total de dispêndios em bens e serviços junto a fornecedores nacionais, em relação ao total despendido em um contrato ou escopo de fornecimento.

Segundo a Organização Nacional da Indústria do Petróleo – ONIP, Conteúdo Local significa o valor agregado no país para a produção de um bem, sistema ou serviço.

O PROMINP define Conteúdo Local como: Percentual que corresponde ao quociente entre: a diferença entre o valor total de comercialização de um bem e o valor da sua respectiva parcela importada e; o seu valor total de comercialização.

Com o surgimento dos Regulamentos Técnicos da ANP, particularmente, no Regulamento de Auditores de Certificação, Conteúdo Local (bens):

É a porcentagem dos gastos realizados em aquisições de bens, bens de uso temporal e serviços locais realizados conforme aplicação da Cartilha de Conteúdo Local em relação aos gastos totais daquela fase, etapa ou item da planilha respectiva, anexa ao Contrato de Concessão.

Dos conceitos citados acima, pode-se destacar a finalidade de proteção das indústrias locais, por meio da reserva de mercado, assim como, manter dentro do país, parte dos investimentos realizados no segmento de petróleo e gás, através da implantação de uma Política de Conteúdo Local.

Objetivos do Conteúdo Local no Brasil

No Brasil os objetivos de conteúdo local podem ser definidos, entre outros como:

A capacidade de fomentar fornecimento local e o consequente aumento da competitividade da indústria nacional, até que esta possa participar do mercado internacional.

De forma mais clara e explícita, visam:

- Aumentar a participação da indústria nacional no setor de óleo e gás em uma base competitiva;
 - Aumentar a capacidade nacional e o desenvolvimento tecnológico;
 - Aumentar quantitativa e qualitativamente a qualificação da mão de obra nacional;
 - Aumentar a geração local de emprego e renda. Sob a visão nacional esses são os objetivos do Conteúdo Local, no entanto, sob o ponto de vista de outros países, são considerados da seguinte forma:
-
- Para reduzir as deficiências tecnológicas de fornecedores brasileiros, promovendo parcerias entre empresas brasileiras estrangeiras, usando os recursos do PROMINP e da Petrobras;
 - Para aumentar o conjunto de habilidades da força de trabalho em geral e acelerar o processo de transferência de conhecimento;
 - Para implementar o Plano Nacional de Qualificação Profissional – PNQP¹ criado pelo PROMINP, que visava aumentar o número de trabalhadores brasileiros

qualificados no setor de petróleo e gás para 70 mil trabalhadores até 2008;

- Para criar cerca de 100 000 novos postos de trabalho em 2010.

Para os objetivos de CL são divididos do seguinte modo:

Em macroeconômico e de curto prazo:

- Fortalecimento da demanda dirigida ao mercado doméstico e expansão do emprego. Com Foco mais específico e perspectiva de longo prazo:
- Diversificação do parque industrial;
- Desenvolvimento de setores intensivos em tecnologia e de elevado potencial de crescimento;
- Construção de segmentos relevantes para a defesa nacional.

Com incentivo a indústria local, na visão da ANP.

- Incremento da participação da indústria nacional no setor em bases competitivas;
- Incremento da capacitação e do desenvolvimento tecnológico nacional;
- Incremento da qualificação profissional local;
- Geração de emprego e renda.

Adicionalmente, o Conteúdo Local na Indústria do Petróleo e Gás Natural no Brasil. Considera que os principais objetivos do CL são:

- Dar condições de competitividade as empresas brasileiras e incitar o desenvolvimento da tecnologia;
- Capacitação de recursos humanos;
- Gerar renda e emprego ao país.

Pode-se dizer, em síntese, que todas as referências citadas acima, visam o aumento da competitividade da indústria nacional e a geração de emprego.

METODOLOGIA

A classificação de uma pesquisa pode-se tomar por base o modelo apresentado por Lakatos (2011), que qualifica em dois aspectos: quanto aos fins e quanto aos meios.

Quanto aos fins, a presente pesquisa será explicativa. Isto se motiva por se tratar de uma análise que busca esclarecer quais os principais conceitos e objetivos ofertados pela política do conteúdo local.

Quanto aos meios, se trata de uma pesquisa bibliográfica, artigos científicos publicados pelo Elói Fernández e Osvaldo Pedrosa, para que a fundamentação metodológica do trabalho seja realizada e investigada sobre os seguintes assuntos: Conteúdo Local, Benefícios do CL na indústria local de bens e serviços e Leis do Conteúdo Local.

Além da natureza bibliográfica da pesquisa, pode-se agregar a este a

definição de pesquisa de campo, pois haverá estudo de caso e análise de dados importantes à resolução do problema que este trabalho demonstra nesta pesquisa.

ESTUDO DE CASO SOBRE OS PRINCIPAIS BENEFÍCIOS DO CONTEÚDO LOCAL PARA INDÚSTRIA LOCAL

O Conteúdo Local é a intensidade dos investimentos nacionais aplicados em um determinado bem ou serviço, correspondendo à cota de participação da indústria nacional na produção desse bem ou serviço.

Desde a primeira Rodada de Licitações, ocorrida em 1999, a ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis) estabelece requisitos mínimos de Conteúdo Local em seus contratos de concessão com as Operadoras vencedoras, para investimentos realizados nas fases de exploração e desenvolvimento da produção.

Assim, diante da necessidade de se mostrar os conceitos e objetivos gerados pelo CL, a indústria brasileira estabelece que seja dada preferência à contratação de fornecedores brasileiros sempre que suas ofertas apresentem condições de preço, prazo e qualidade equivalentes às de outros fornecedores convidados a apresentar propostas, aumentando, assim, a participação da indústria nacional, em bases competitivas, nos projetos de exploração e desenvolvimento da produção de petróleo e gás natural.

Através de um questionário levantou-se dados onde mostra o incentivo que o CL proporcionou a indústria local.

Estudo de caso da empresa PNB

A empresa analisada neste estudo de caso tem a denominação de PNB, é uma empresa especializada em projetos de engenharia e construção submarina para a indústria de petróleo e gás, o colaborador que respondeu o questionário, afirma que não conhece a política e nem utiliza na aquisição de bens e serviços, tendo uma tendência muito grande de adquirir os equipamento e serviços no exterior, já que impostos no Brasil são altos e muitas das vezes seus fornecedores não tem preço, assim não conseguem ter competitividade. Essa empresa não tem obrigação de percentual mínimo de CL e nem mesmo de Certificação.

Estudo de caso da empresa PBB

A empresa analisada neste estudo de caso tem a denominação de PBB, sua sede fica situada na cidade Mogi das Cruzes, próxima a grande São Paulo, fundada há 24 anos e iniciou suas atividades na Cidade de Rio das Ostras (RJ), atendendo as necessidades do mercado de Navegação e demais atividades de apoio a Exploração e Produção do Mercado Petrolífero na manutenção de Motores Caterpillar, Cummins, EMD, Volvo Penta, MWM, Scania, Perkins , fornecendo também a seus Clientes as peças de reposição, visando proporcionar a seus parceiros a solução integral de suas. No ano de 2008 iniciou as atividades de Distribuição de Turbinas Garrett e HOLSET no estado do Espírito Santo na Cidade de Vila Velha dentro da Grande Vitória.

É uma empresa desempenhada, determinada e comprometida com seus clientes e colaboradores, nas perguntas direcionadas para colaborador, afirma ter conhecimento da política de conteúdo local, sendo que não utilizam, tendo uma grande dificuldade de alcançar o índice mínimo de CL, já que muitas das vezes as embarcações são construídas no exterior ou até quando são construídas aqui no Brasil, não tem facilidade de comprar os equipamentos aqui no Brasil. Aqui nós temos um agravante que são os impostos muito altos, isto faz com que outros países (China, Alemanha, Noruega e EUA) sejam competitivos.

Estudo de caso da empresa OPN

Com base das perguntas e respostas da empresa OPN situada em Macaé, sendo uma empresa de corporação internacional que fornece comunicação e tecnologia da informação aos mercados governamentais e comerciais de mais de 125 países, com sede em Melbourne, Flórida, cuja base objeto de pesquisa situa-se em Macaé.

Nas respostas do gestor explica que conhece a política de conteúdo local, e não utiliza a política já que seus clientes no ato de fechar os contratos têm ciência que seus produtos são importados e por um único fornecedor em Huston, por isso, não certificam. Isso acontece porque muitas das vezes seus clientes não certificam seus serviços e equipamentos e não se sente obrigados a exigir da empresa a utilização da política de conteúdo local.

Estudo de caso da empresa XYZ

A empresa analisada neste estudo de caso tem a denominação de XYZ, fica situada em Macaé é de origem Norueguesa, esta aqui no Brasil a mais de 15 anos, atua na área de perfuração. As informações coletadas do gestor são relevantes para análise, já que a empresa tem conhecimento e utiliza a política de conteúdo, ele relata que o Brasil tem falta de tecnologia adequada, não tendo competitividade na área, nesta situação não tem preço para competir com exterior. A empresa tenta junto aos seus colaboradores desenvolver meios para fomentar a indústria local, mas se torna difícil porque as demandas são provenientes da América do Norte e Ásia, especificamente China e Estados Unidos, fazendo sua escolha sejam baseados em preço e prazo, essas características são fáceis de supridas por esses países. Ainda comenta que muitas vezes é mais lucrativo pagar a multa do que alcançar o percentual mínimo de CL.

Sendo assim vale relatar que a política de conteúdo passa por grande problema e deficiência de estruturação que afeta competitividade do setor de industrial de Gás e Petróleo. Cabe destacar as limitações da política do governo, focado diretamente a uma grande parcela ao parque produtivo local no atendimento da demanda gerada pelos investimentos da indústria de petróleo e gás. Essas limitações fazem com que se enfraqueça capacidade dessa política de instigar a transformação do setor requerida para ter êxito no seu objetivo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscando atingir objetivo proposto neste estudo, foram pesquisados na literatura conceitos a respeito a conteúdo local e realizado um estudo baseando-se nas respostas de um questionário enviado para algumas empresas da cidade de Rio das Ostras e Macaé.

As informações obtidas na análise deste questionário permitiram perceber que essa política de CL carece de centralização e prioridades no que refere aos segmentos e produtos que constituem a cadeia de fornecedores do setor petrolífero. O questionário permitiu identificar a relevância do segmento da ótica da diversificação da linha de produção e do desenvolvimento tecnológico do parque industrial do País. Existe uma grande demanda e a indústria local não tem equipamentos e mão de obra para oferecer a indústria local, que por sua vez importa estes, deixando de contribuir para a política de CL.

Contudo, conclui-se que a partir do incentivo do governo, mais instituições de ensino e indústrias se especializarão a fim de oferecer as empresas locais o produto adequado e a mão de obra especializada, evitando a importação e favorecendo a economia nacional. E também que o governo poderia fiscalizar melhor as aquisições efetuadas aqui no Brasil.

REFERENCIAS

BARROSO, H.R. Macedo, M. **Local Content in Brazilian Oil Industry. T&B Petroleum.** N.28, p. 64-68, 2010.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos; MARCONI, Nelson: **“Existe doença holandesa no Brasil?”**. Anais do IV Fórum de Economia de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas: São Paulo, (2008).

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos; MARCONI, Nelson: **“Doença Holandesa e Desindustrialização”**. Valor Econômico, 25 de nov. 2009.

FERNÁNDEZ, Elói Fernandez; PEDROSA, Oswaldo. **A Petrobras e Conteúdo Local** Revista Brasil Energia, Rio de Janeiro, Edição Especial, out. 2003.

FURTADO, André Tosi, **Investimentos Em Exploração e Produção A Após Abertura da Indústria Petrolífera no Brasil: Impactos Econômicos**. São Paulo: Universidade de Campinas 2003.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do Trabalho Científico**. 5. ed. Editora Atlas, São Paulo. 2011.

Marquetti, A. **“Progresso Técnico, Distribuição e Crescimento na Economia**

Brasileira: 1955- 1998". Estudos Econômicos, Vol. 32, N.1 2002.

RAMOS, Maydson Felipe. SGHC Honorários Contábeis. **Revista Coleta Científica** , [S. l.], v. 1, n. 1, p. 01–16, 2017.

MENDONÇA, Mário F. ; VASCONCELOS, Alberto. **Repositório de Nomes dos Navios da Esquadra Brasileira**. 3ª edição. Rio de Janeiro. SDGM. 1959. p.229.

Agência Nacional do Petróleo, Resolução da ANP n 36/2007 e Regulamento. Acesso agosto de 2014:<http://www.anp.gov.br/?pg=67686&m=&t1=&t2=&t3=&t4=&ar=&ps=&cachebuster=1408460043744>

Agencia Nacional do Petróleo, Resolução da ANP nº 36/2007 e Regulamento= Acesso agosto de 2014.http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9478.htm

Agencia Nacional do Petróleo, www.anp.gov.br. Resolução ANP nº 19 de 14.06.2013 = Acesso agosto de 2014.